



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009623-20.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **MIZAEL QUEIROZ SOARES**
Requerido: **Vanilde de Fátima Bongiorno**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Pelo que restou apurado, é incontroverso que o autor dirigia um veículo pela Rua São Sebastião e ingressou no cruzamento com a Rua Visconde de Inhaúma, colhendo o automóvel da autora que pela última trafegava.

É incontroverso, outrossim, que havia placa de sinalização PARE para o autor, de sorte que o veículo da ré foi atingido quando proveniente da via preferencial do cruzamento.

Esse panorama já atua em desfavor do autor, tendo em vista que a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de há muito se posiciona no sentido de responsabilizar exclusivamente o motorista que desrespeita a placa de parada obrigatória por acidentes como o dos autos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido: Apelação n. 9216893-17.2009.8.26.0000, rel. Des. **CARLOS NUNES**, j. 30.1.2012; Apelação n. 911938979.2007.8.26.0000, rel. Des. **EDUARDO SÁ PINTO SANDERVILLE**, j. 17.1.2012; RT 745/265.

Reconhece-se no mínimo a presunção de responsabilidade em situações dessa natureza, como já proclamou o mesmo Colendo Tribunal:

“RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CULPABILIDADE. LOCAL SINALIZADO COM PLACA “PARE”. PRESUNÇÃO DE CULPA. CTB, ART. 44. DANO MATERIAL. Presume-se a culpa do motorista que conduzindo seu veículo, em infringência da placa de sinalização de parada obrigatória, avança a via preferencial, causando acidente de trânsito. Em razão disso, inverte-se o *onus probandi*, cabendo a ele a prova de desoneração de sua responsabilidade” (Apelação n. 0002156-38.2006.8.26.0070, rel. Des. **CLÓVIS CASTELO**, j. 26.3.2012).

“Acidente de trânsito. Danos materiais. Responsabilidade civil. Ação indenizatória. Motocicleta do primeiro réu que invadiu via preferencial. Inobservância da placa indicativa de “PARE”. Contexto probatório que anuncia culpa do condutor-réu. Via com sinalização de parada obrigatória. Presunção de culpa não afastada pelo réu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil” (Apelação n. 9131708-45.2008.8.26.0000, rel. Des. **VANDERCI ÁLVARES**, j. 21.3.2012).

“ACIDENTE DE TRANSITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO DANOS MATERIAIS E MORAIS. Culpa exclusiva do demandado que, agindo de modo imprudente, invadiu cruzamento desrespeitando sinalização de parada obrigatória, interceptando a passagem da motocicleta conduzida pelo autor. Do acidente resultou sequelas na vítima, que lhe causa redução de sua capacidade de trabalho. Culpa exclusiva do requerido” (Apelação n. 3004644-04.2002.8.26.0506, rel. Des. **MARCONDES D'ANGELO**, j. 14.9.2011).

No mesmo sentido: Apelação n. 0002826-62.2010.8.26.0482, rel. Des. **PAULO AYROSA**, j. 3.4.2012, Apelação n. 0002118-32.2008.8.26.0498, rel. Des. **LUIZ EURICO**, j. 27.2.2012 e Apelação n. 0103046-90.2009.8.26.0001, rel. Des. **CAMPOS PETRONI**, j. 28.6.2011.

O quadro delineado reforça a culpa do autor, até porque nenhum elemento concreto foi amealhado para afastar a presunção que pesa contra ele.

A alegação de que a ré imprimia ao seu automóvel velocidade excessiva não contou com o respaldo de um indício sequer, nada apontando nessa direção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já a circunstância de haver um automóvel estacionado na esquina, dificultando a visibilidade do autor quanto ao tráfego da via preferencial, além de não o favorecer milita contra ele.

Isso porque nessas condições teria o mesmo a obrigação de atuar com cautela redobrada para iniciar o cruzamento, o que todavia não sucedeu, tanto que houve o embate.

Não se pode olvidar, também, que a própria testemunha arrolada pelo autor, Catiana Soares, asseverou que ele não parou no cruzamento, de acordo com a sinalização, mas apenas diminuiu sua velocidade antes de atravessá-lo.

O quadro delineado impõe a rejeição da pretensão vestibular e o acolhimento do pedido contraposto formulado pela ré, caracterizada a culpa exclusiva do autor quanto ao acidente em apreço.

Ele em consequência haverá de ressarcir-la pelos prejuízos que ela suportou, os quais estão satisfatoriamente demonstrados nos documentos de fls. 17/18.

O primeiro (fl. 17) concerne aos gastos da ré relativamente à franquia do seguro de seu veículo, implementados por ocasião de seu conserto.

O segundo (fl. 18) atina ao que a ré despendeu para a locação de outro veículo enquanto o seu foi reparado.

Se a ré o utilizava, é lícito supor que tinha necessidade para tanto e que esta persistiu no espaço de tempo de seu conserto.

Incumbia ao autor amealhar dados que patenteassem o contrário ou evidenciassem possível excesso da ré para o uso do veículo locado, mas isso não teve vez.

A condenação do autor ao pagamento do valor pleiteado é, portanto, de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para condenar o autor a pagar à ré a quantia de R\$ 3.326,57, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2015 (época dos desembolsos de fls. 17/18), e de juros de mora, contados da citação.

Caso o autor não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

P.R.I.

São Carlos, 02 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**